PROJETO DE LEI Nº , DE 2007
(Do Sr. Marcelo Ortiz)

Regulamenta a atividade de entrega de mercadorias por meio de bicicleta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A atividade de entrega de mercadorias por meio de bicicleta é regulamentada pela presente Lei.

Art. 2º As mercadorias a serem entregues por meio de bicicleta deverão ser de pequeno porte, tais como documentos, envelopes, e encomendas de até 12 quilogramas.

Parágrafo único. Será permitido o transporte fora dos limites previstos no *caput*, desde que em bicicleta do tipo cargueiro, nos limites de capacidade do veículo e em trajetos compatíveis com o esforço do condutor, nos termos de regulamentação municipal.

Art. 3º A pessoa natural ou jurídica que empregar ou firmar contrato de prestação continuada de serviço com entregador de mercadorias por meio de bicicleta é responsável solidária por danos cíveis advindos do descumprimento das normas relativas ao exercício da atividade.

Art. 4º Constitui infração a esta Lei:

I – empregar ou manter contrato de prestação continuada de serviço com entregador menor de dezesseis anos de idade, de mercadorias por meio de bicicleta.

II – fornecer ou admitir, para o transporte de mercadorias, bicicleta que esteja em desconformidade com as exigências da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. Responde pelas infrações previstas neste artigo o empregador, ou aquele que contrata serviço continuado de entrega de mercadorias por meio de bicicleta, ficando sujeito à sanção relativa à segurança do trabalho, prevista no art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A entrega de mercadorias, envelopes e pequenas encomendas por meio de bicicletas é uma atividade já existente em cidades da Europa e até mesmo em algumas localidades do Brasil, representando um serviço adequado do ponto de vista social e ambiental.

Como se sabe, a bicicleta é um veículo não poluente, além de ser extremamente saudável para o seu condutor. O incentivo ao uso desse meio de transporte deve ser praticado em todas as frentes possíveis, especialmente diante dos níveis de poluição e das condições cada vez mais caóticas do trânsito em nossas cidades.

Nesse sentido, entendemos ser de extrema importância a regulamentação dessa atividade, o que servirá para incentivar a ampliação desse serviço ecologicamente correto em todo o País, além de proporcionar maior segurança jurídica para os entregadores e para seus contratantes ou empregadores. Adicionalmente, espera-se uma significativa criação de postos de trabalho e uma melhoria da qualidade do ar das cidades.

Além disso, uma lei federal sobre o tema constituirá incentivo ao estabelecimento de legislação municipal que a complemente, no sentido de estabelecer regras para a regulação do serviço de acordo com as peculiaridades de cada município.

Por todo o exposto, devido ao alcance social e ambiental da matéria, esperamos vê-la aprovada pelos nossos eminentes Pares.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado MARCELO ORTIZ